



Alameda Rio Negro, 161 6º andar sala 603,
Barueri Alphaville, Brasil 06454-000

À Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional,

Demonstrações financeiras individuais da Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Prezados senhores:

Esta carta de apresentação da Administração é fornecida em conexão com a divulgação das demonstrações financeiras individuais Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de expressar o reconhecimento de nossas responsabilidades pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultados;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria Independente.

Atenciosamente,

Fabio Marcelo Tonelli Diretor Superintendente

Alexandre Rodrigues de Queiroz – Contador CRC: 1SP274955/0-o

Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Em atendimento à exigência prevista nas normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Administração da Credsystem Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Credsystem SCD”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Companhia acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente relativos ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Grupo Credsystem atua no mercado de meios de pagamentos, direta ou indiretamente, através de suas empresas exercendo as atividades de emissão de instrumentos de pagamento, credenciamento de lojistas e instituidor do arranjo de pagamentos por meio da bandeira Mais!.

Durante o ano de 2022, vimos uma melhora comparada com o mesmo período de 2021 devido ao fim da pandemia (COVID 19). Por outro lado, o Brasil sofreu com o aumento da inflação e aumento das taxas de juros (SELIC).

Agradecemos aos nossos quotistas e clientes pela confiança em nossos serviços e aos nossos colaboradores pela dedicação ao trabalho.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Barueri, 17 de março de 2023.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem a carta de apresentação das demonstrações financeiras, termo declaratório e relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2023.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A.
Balanco Patrimonial
Em 31 dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	ATIVO			PASSIVO			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				Passivo circulante			
Disponibilidades	4	5.594	4.222	Depósitos	9	1.241	29
Instrumentos financeiros	5	3.478	4.657	Fornecedores		5	-
Relações interfinanceiras	6	1.536	-	Créditos a efetuar para estabelecimentos		2	-
Impostos a recuperar	7	661	-	Obrigações trabalhistas e tributárias	10	3.206	3.366
Créditos diversos	8	1.912	625	Outras contas a pagar		84	35
Total do ativo circulante		13.181	9.504	Dividendos a pagar		597	-
				Total do passivo circulante		5.135	3.430
				Patrimônio líquido			
				Capital social	11	5.000	5.000
				Reservas de lucros		3.046	1.074
				Total do patrimônio líquido		8.046	6.074
				Total do passivo e patrimônio líquido		13.181	9.504
Total do ativo		13.181	9.504				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	12	2.244	4.650	2.496
Despesas gerais e administrativas	13	(509)	(873)	(713)
		(509)	(893)	(713)
Resultado operacional		1.735	3.777	1.783
Resultado financeiro, líquido	14	293	531	133
Resultado antes dos tributos		2.028	4.308	1.916
Imposto renda e contribuição social	15	(842)	(1.739)	(842)
Lucro líquido do semestre e exercício		1.186	2.569	1.074
Resultado líquido por cotas		0,24	0,51	0,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2º Semestre 2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>1.186</u>	<u>2.569</u>	<u>1.074</u>
Outros resultados abrangente do semestre/exercício	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u>1.186</u>	<u>2.569</u>	<u>1.074</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

			<i>Reserva de Lucros</i>		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Legal	Retenção		
Saldo em 01 de janeiro de 2021	5.000	(5.000)				
Integralização do capital		5.000				5.000
Lucro líquido do exercício					1.074	1.074
Destinações:						
Transferência para reserva de lucros						
Trasferencia para Reserva Legal			1.074	-	(1.074)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.000		1.074			6.074
Saldos em 01 de janeiro de 2022						
Lucro do exercício					2.569	2.569
Destinações:						
Trasferencia para Reserva Legal			1.972		(1.972)	-
Dividendos mínimos obrigatórios					(597)	(597)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000	-	3.046	-	-	8.046
Mutações do exercício	-	-	182	-	-	182
Saldo em 01 de julho de 2022	5.000	-	2.457		-	7.457
Integralização de capital						-
Lucro do semestre					1.186	1.186
Destinações:						
Trasferencia para Reserva Legal			59		(59)	-
Dividendos mínimos obrigatórios					(597)	(597)
Transferência para reserva de retenção de lucros				530	(530)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000	-	2.516	530	-	8.046
Mutações do semestre	-	-	(59)	(530)	-	(589)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Das atividades operacionais			
Lucro Líquido do semestre/exercício	1.186	2.569	1.074
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Instrumentos financeiros	(482)	1.179	(4.657)
Relações Interfinanceiras	2.078	(1.536)	-
Impostos a recuperar	(351)	(661)	-
Créditos diversos	(1.486)	(1.287)	(625)
Depósitos	(485)	1.212	29
Fornecedores	(4)	5	-
Créditos a efetuar para estabelecimentos	2	2	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	520	(160)	3.366
Outras contas a pagar	55	49	35
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.033	1.372	(778)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização do capital social	-	-	5.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	-	5.000
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.033	1.372	4.222
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	4.561	4.222	-
No final do semestre/exercício	5.594	5.594	4.222
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.033	1.372	4.222

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade” ou “SCD”) foi constituída em 19 de fevereiro de 2020 na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil com sede na Alameda Rio Negro, 161 na cidade de Barueri - SP. A Cred-System SCD tem por objeto social a prática de operações de empréstimo, de financiamento, aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

Em 02 de setembro de 2020, a Cred-System SCD obteve autorização pelo BACEN para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência desta autorização, a Sociedade passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras. A Sociedade obteve em 14 de abril de 2021 a autorização para adotar os procedimentos aplicáveis do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), de acordo com os critérios determinados pelo Bacen.

A partir de março de 2021, a Sociedade presta serviços para a Cred-System Instituição de Pagamentos Ltda. relacionados às cessões de crédito.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	4.748/19

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional: a Administração avaliou a capacidade da Sociedade em começar a operar normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade operar em 2022 e no futuro. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Sociedade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

As demonstrações financeiras do exercício e semestre findo em 31 de dezembro 2022 foram aprovadas pela Diretoria em 17 de março de 2023.

2.1. Uso de estimativas e julgamentos

As informações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas normas exigem que a preparação das informações contábeis com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nos julgamentos, premissas e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2. Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros

A Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições contábeis e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS.

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, a Credsystem realizou o mapeamento de todas as principais entregas regulatórias que devem ser realizadas a partir da emissão da norma, segregando a sua importância e tempestividade, com o propósito de demonstrar uma linha do tempo para a sua implantação. Nesse momento, a Credsystem concluiu a fase de detalhamento e desmembramento dos macros planos, que envolvem (i) a elaboração de modelo de negócio para classificação, mensuração e reconhecimento dos Instrumentos Financeiros, (ii) a atualização das políticas internas, (iii) a capacitação de funcionários, (iv) a implementação contábil e (v) a divulgação nas Demonstrações Financeiras. Com previsão de conclusão das etapas necessárias para implementação da norma a partir da sua vigência em janeiro de 2025.

Esta norma não produziu alterações nestas demonstrações financeiras, pois trata-se de normativos prospectivos.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras:

3.1. Disponibilidades

Disponibilidades são representados por caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.910/21, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

3.2. Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

b. Operações de crédito

De acordo com a Resolução do CMN nº 4.656/18, a SCD é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

A partir do primeiro semestre de 2021 a Sociedade passou a ser originador e cedente de créditos ofertados nas plataformas especializadas por meio da modalidade de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”).

As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas, por cinco anos, em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

c. Cessão de créditos

A Sociedade realiza cessão sem coobrigação na totalidade de suas operações de crédito para um fundo de investimento em direitos creditórios (“FIDC”) no mesmo dia em que as operações são originadas.

Assim sendo, a Sociedade não possui nenhuma operação de crédito em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021.

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria “com transferência substancial dos riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado, e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada (Nota 8.(a)).

Conforme o contrato firmado com a Cred-System Instituição de pagamento Ltda., há uma remuneração mensal baseada em percentual variável sobre o valor bruto de emissões das CCBs originadas no âmbito desta parceria.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Instituição reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança; é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade, conforme descrição a seguir:

Prestação de serviços – Intermediação de operações de crédito

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando da conclusão dos serviços e aceite por parte do cliente de tal forma que todas as seguintes condições forem satisfeitas:

O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Instituição; e os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

d. Provisão para perdas esperadas com risco de crédito

A provisão para perdas esperadas com risco de crédito é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dentre as quais se destacam: as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência; considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido.

3.3. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **Ativos contingentes:** ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle da entidade consolidada. Não são reconhecidos na demonstração, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes:** possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade consolidada. Incluem as obrigações presentes da entidade consolidada, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- **Obrigações legais:** referem-se a demandas judiciais fiscais e previdenciárias, onde ocorrem as devidas contestações relativas à legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os riscos decorrentes das ações judiciais de caráter cível são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados nas perdas históricas das ações referentes aos 12 últimos meses. Em relação aos riscos das ações de caráter tributário e trabalhista, ocorrerá o reconhecimento nas demonstrações financeiras quando for considerada provável a perda, baseado na opinião de assessores jurídicos, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre o lucro tributável, que corresponde ao lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal na data do balanço:

- (i) **Imposto de Renda:** o Imposto de Renda é calculado à alíquota-base de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 mil anuais;

- (ii) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** a Contribuição Social é calculada à alíquota-base de 20% sobre o lucro tributável.

3.5. Pis, Cofins e Iss

A Sociedade submete-se ao regime cumulativo de PIS e COFINS (de acordo com as leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003), aplicando os percentuais de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre suas receitas operacionais. Em relação ao tributo municipal do São Paulo, a Instituição submete-se à alíquota de 5% incidente sobre suas receitas operacionais.

3.6. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

3.7. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

3.8. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No semestre e exercícios findo em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021, não houve resultado classificado como não recorrente.

3.9. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

4. Disponibilidades

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Celcoin – Conta Digital	12	10
Banco - Conta Corrente	5.582	4.212
Total	5.594	4.222

5. Instrumentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a posição dos títulos e valores mobiliários estava composta conforme abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
NTN-F (a)	3.478	4.657
Total	3.478	4.657

a) A aplicação acima corresponde a uma operação compromissada, possui vencimento até 30 dias.

b)

6. Relações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Conta de liquidação de transações de pagamentos instantâneos	1.536	-
Total	1.536	-

7. Impostos a recuperar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Antecipações de IRPJ	403	-
Antecipações de CSLL	258	-
Total	661	-
Circulante	661	-

8. Créditos diversos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber - Credsystem Instituição de Pagamento Ltda. (a)	1.912	625
Total	1.912	625

(a) Valor referente aos serviços prestados na emissão de CCB's – bancarização dos títulos para a Credsystem Instituição de Pagamentos Ltda, conforme nota explicativa 19 – Partes relacionadas.

9. Depósitos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos (a)	1.241	29
Total	1.241	29

(a) Corresponde ao saldo de depósitos em contas de pagamento pré-pagas de nossos clientes, efetuados através de movimentação via TED e PIX.

10. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações tributárias		
IOF a recolher (a)	1.422	2.739
ISS a recolher	21	32
COFINS a recolher	19	27
PIS a Recolher	3	4
Impostos Retidos a Recolher	1	1
IRPJ-CSLL	1.739	563
	<u>3.206</u>	<u>3.366</u>

(a) IOF pago na transação do *fee* na emissão de CCB's – bancarização dos títulos a Cred-System Instituição de Pagamentos Ltda.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2022 é de R\$ 5.000 e está representado por 5.000.000 ações ordinárias nominativas, todas subscritas e integralizadas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destinado a reserva legal foi de R\$ 59 (R\$ 123 em 2021).

c. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendos mínimos obrigatórios e ou juros sobre capital próprio de 25% sobre lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destinado dividendos mínimos obrigatórios foi de R\$ 597 (R\$ 268 em 2021).

12. Receita Operacional Líquida

Descrição	<i>2º Semestre</i>		
	<u>2022</u>	31/12/2022	31/12/2021
Receita com serviços prestados (a)	2.521	5.197	2.770
(-) Deduções da receita bruta	(277)	(547)	(274)
Saldo final	<u>2.244</u>	<u>4.650</u>	<u>2.496</u>

(a) Valor referente ao *fee* na emissão de CCB's – bancarização dos títulos para a Cred-System Sociedade de Crédito Direto S.A.

13. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	<i>2º Semestre</i>		
	<u>2022</u>	31/12/2022	31/12/2021
Licença de uso de software	(479)	(779)	(505)
Serviços prestados por terceiros	(28)	(87)	(173)
Outras despesas	(2)	(7)	(35)
Saldo final	<u>(509)</u>	<u>(873)</u>	<u>(713)</u>

14. Resultado Financeiro Líquido

Receitas financeiras	<i>2º Semestre</i>		
	<u>2022</u>	31/12/2022	31/12/2021
Juros recebidos de aplicações financeiras	<u>293</u>	<u>531</u>	<u>133</u>
Total	<u>293</u>	<u>531</u>	<u>133</u>

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	<i>2º Semestre</i>		
	<u>2022</u>	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Antes do Imposto de Renda e da CSLL	2.028	4.308	1.916
Alíquota Vigente	41%	41%	45%
Despesa do IRPJ e CSLL	(831)	(1.766)	(863)
<u>Efeito no Cálculo dos Tributos</u>			
Adições Temporárias	-	(3)	(3)
Efeito da Majoração da Alíquota da CSLL (a)	(23)	-	-
Outras	12	24	24
Total da Despesa do IRPJ e CSLL	<u>(832)</u>	<u>(1.739)</u>	<u>(842)</u>

(a) O Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 1.115/22, convertida para a Lei Nº 14.446/22, determinou a majoração de 1% para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas. Passando de 15% para 16%. A lei mencionada teve vigência até o fim do exercício de 2022.

16. Gestão de riscos

Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade expõem-na a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fraude. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, com aplicações que não tenham perfil arrojado ou caráter especulativo.

Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moeda das carteiras ativas e passivas.

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Sociedade. Além disso, o risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes.

A Sociedade está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Sociedade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira e dos valores a repassar aos estabelecimentos.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida a caixa e equivalentes de caixa.

Risco de fraude

Refere-se à possibilidade de a Sociedade sofrer ataques internos e externos com o intuito de fraudar operações. Esta utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude.

17. Outras informações

Desde o início da crise oriunda do Coronavírus (COVID-19), a Sociedade prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Considerando os eventos e condições gerados pela disseminação da COVID-19, a Sociedade adotou uma estratégia de comunicação integrada abrangendo todos os canais de contato com os clientes, dentre outras iniciativas de comunicação para diminuir os níveis de incertezas e riscos que pudessem impactar a solidez financeira da Cred-System, nesta fase delicada do país.

A Sociedade segue acompanhando os impactos do COVID-19 e seus reflexos na atividade econômica global e brasileira e ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

18. Provisão para contingências

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não há demandas judiciais ou extrajudiciais as quais requeiram o registro ou divulgação de provisão para demandas judiciais para a Credsystem Sociedade de Crédito Direto S.A.

19. Transações com partes Relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas estão em consonância com as demais práticas utilizadas pela Administração e refletidas nestas demonstrações financeiras:

Cred-System Instituição de Pagamento LTDA

Ativo / Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Credsystem - SCD a receber Instituição de Pagamento(a)	411	624
Credsystem Instituição de Pagamento a pagar	(21)	(26)

(a) Valor referente aos serviços prestados na emissão de CDBs – bancarização dos títulos para a Credsystem Instituição de Pagamentos Ltda.

Cred-System Instituição de Pagamento LTDA

Receitas	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços - Emissão de CCBs	5.193	2.771

* **